

Dia de Luta em Defesa da Educação Pública

28 de outubro

A defesa da educação pública e gratuita sempre foi uma bandeira dos movimentos da classe trabalhadora. Atualmente, as lutas têm mostrado o quanto ela se mantém necessária. Principalmente, com o agravamento da situação pela aprovação da Lei 13005/2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). Isto porque esta lei abre amplas possibilidades de intervenção de setores do empresariado em parcela significativa da educação brasileira ao tratar recursos repassados à instituições particulares como investimento em educação pública. Ao defenderem 10% do PIB para a educação brasileira, movimentos ligados ao empresariado – dentre eles, Todos Pela Educação – estão, na verdade, disputando recursos que devem ir para instituições públicas sob a justificativa de que suas instituições privadas prestam serviços educacionais ao conjunto da população. O impacto destas políticas já pode ser sentido na compra de vagas pelo governo no ensino superior (PROUNI e FIES) e no ensino profissionalizante – o Pronatec – em escolas privadas e também através de verbas repassadas ao Sistema S (Senai, Sesi, Sesc, Senac), entidade sindical patronal.

No cenário de luta dos últimos quatro anos, as dezenas de greves de professores, estudantes e técnico-administrativos das Universidades Estaduais e Federais, bem como de colegas da Educação Básica, em vários estados, denunciaram não somente a defasagem salarial e descumprimento da Lei do Piso, mas, também, o quadro de sucateamento da educação pública. Nas jornadas de junho de 2013, a palavra de ordem “educação não é mercadoria!” reafirmou a necessidade de contraposição às tentativas históricas de privatização do público.

Em contrapartida, o ano de 2014 estará marcado pela realização do Encontro Nacional de Educação, entre os dias 08 a 10 de agosto no Rio de Janeiro, com mais de 2.000 militantes, entendido como um importante passo rumo ao novo ponto de partida das lutas dos trabalhadores em defesa da educação pública. Neste encontro, apontou-se para o compromisso político de luta contra o caráter privatista do PNE governamental.

Também foram aprovadas a formação de Comitês Estaduais em Defesa da Escola Pública e a ampliação do Comitê Nacional dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!

Nas universidades estaduais baianas, o descaso do Governo do Estado pode ser observado na repetição da redução orçamentária naquilo que corresponde às verbas de custeio, investimento e manutenção. De 2013 para 2014, a redução foi de R\$ 12 milhões. Agora, na apresentação da cota orçamentária para 2015, o governo sinaliza com a redução de mais R\$ 7 milhões, ou seja, possibilidade de redução acumulada de 19 milhões nos dois últimos anos. Essa política desastrosa leva a uma precarização maior das condições de trabalho e estudo. Não há concursos públicos para professores e técnicos, os direitos dos professores à progressão e promoção são protelados, obras de reforma e ampliação são suspensas, atrasos nos pagamentos a fornecedores e trabalhadores terceirizados, faltam recursos para a política de permanência estudantil e para a manutenção das atividades de pesquisa, extensão e ensino.

Neste sentido, defendemos:

- 7% da RLI para as Universidades Estaduais da Bahia já;
- Cumprimento da Lei do Piso, reserva de 1/3 da carga horária aos professores da Educação Básica e por Planos de Cargos e Salários condizentes com o ingresso e permanência na carreira do magistério;
- Formação de Comitês Estaduais de Defesa da Escola Pública articulando os trabalhadores do ensino superior e da educação básica.
- Recursos Públicos para a Educação Pública: 10% do PIB para a Educação Pública, já!
- Plano Nacional de Educação voltado para os interesses da classe trabalhadora.